



EDUCAÇÃO DO CAMPO E ENSINO DE GEOGRAFIA: A EXPERIÊNCIA DA PRODUÇÃO DO RECURSO DIDÁTICO UTILIZANDO SEMENTES AGRÍCOLAS DO SEMIÁRIDO

Genilda da Silva Carvalho¹ - CDSA- UFCG
Fabiano Custódio de Oliveira² – CDSA- UFCG
Ednilton Silva Estendio³ - CDSA- UFCG

RESUMO

O ensino de Geografia nas escolas do campo é de suma importância para que os alunos compreendam os elementos que compõem o espaço geográfico. Ou seja, o mundo e suas problemáticas sociais e ambientais. Contudo, para que o ensino dessa disciplina seja proveitoso, devem-se considerar as necessidades dos alunos e o seu dia a dia, pois é fazendo a relação com o meio em que convivem que é possível se ter um ensino de qualidade na Geografia. Dessa forma, este trabalho, tem por objetivo apresentar a experiência da produção e experimentação de um recurso didático intitulado “Mapas em Grãos: Regionalização do Território Brasileiro” utilizando sementes agrícolas do Semiárido que foi produzido no âmbito do projeto de extensão realizado na Licenciatura em Educação do Campo na área das Ciências Humanas e Sociais, especificamente no ensino de Geografia na Escola Municipal de Educação Básica Ildefonso Anselmo da Silva, localizada no município de Amparo – PB. Para execução dessa pesquisa, utilizamos os pressupostos da pesquisa qualitativa, através da Pesquisa-Ação, que foi dividida em momentos de capacitações/produções e experimentação nos contextos acadêmico e escolar. Verificamos que a produção e experimentação desse recurso didático foi de grande importância na compreensão da temática por parte dos alunos, a interação foi bastante positiva em relação aos conteúdos abordados, desde atenção com a intervenção, trazendo as sementes, até a confecção das figuras representando os mapas. Feito a avaliação, podemos observar que os alunos aprenderam a identificar cada critério de regionalização do Brasil e suas respectivas características, desta forma identificamos o quanto foi válido a oportunidade de produzir com os próprios alunos esse recurso didático na aprendizagem dos mesmos, contribuindo para um ensino de qualidade na disciplina de Geografia para as escolas do campo.

Palavras-Chave: Educação do Campo. Ensino de Geografia. Recursos didáticos.

¹ Aluna da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina Grande e bolsista do Projeto de Extensão “ Produção de Recursos Didáticos no Ensino de Geografia para as Escolas do Campo” genilda2712@gmail.com

² Professor Doutor em Geografia do Curso da Licenciatura em Educação do Campo – CDSA/UFCG – Coordenador do projeto de Extensão “Produção de Recursos Didáticos no Ensino de Geografia para as Escolas do Campo” fabiano.geografia@gmail.com

³ Aluno da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina Grande e bolsista do Projeto de Extensão “ Produção de Recursos Didáticos no Ensino de Geografia para as Escolas do Campo” edniltonsilva@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

O ensino de Geografia nas escolas do campo é de suma importância para que os alunos compreendam os elementos que compõem o espaço geográfico. Ou seja, o mundo e suas problemáticas sociais e ambientais. Contudo, para que o ensino dessa disciplina seja proveitoso, devem-se considerar as necessidades dos alunos e o seu dia a dia, pois é fazendo a relação com o meio em que estão inseridos que é possível se ter um ensino de qualidade na referida disciplina.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo apresentar a experiência da produção e experimentação de um recurso didático intitulado “Mapas em Grãos: Regionalização do Território Brasileiro”, utilizando sementes agrícolas do Semiárido. Esse recurso didático foi produzido no âmbito do projeto de extensão⁴ realizado no curso de Licenciatura em Educação do Campo na área das Ciências Humanas e Sociais, especificamente no ensino de Geografia para as escolas do campo, enfocando a importância de produzir e utilizar recursos didáticos contextualizados no processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Geografia.

A experiência foi realizada na turma do 7º ano, no turno da tarde da Escola Municipal de Educação Básica Ildefonso Anselmo da Silva, localizada no município de Amparo – PB. Esta mesmo tendo sua sede na área considerada “urbana” pelo o IBGE, atende a populações que majoritariamente estão vinculadas ao trabalho e à vida no campo, sendo, pois sua identidade definida por este vínculo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação hoje é considerada como responsável pela produção e reprodução de valores sociais, é uma atividade necessária para o funcionamento da sociedade, pois promove conhecimentos e experiências culturais às pessoas. Ela abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais; através dela se democratizam os conhecimentos científicos e formam a capacidade de pensar criticamente os problemas e

⁴ Projeto de extensão intitulado “Produção de Recursos Didáticos no Ensino de Geografia para as Escolas do Campo” desenvolvido no âmbito da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA – Sumé – PB. (83) 3322.3222
contato@cintedi.com.br



desafios postos pela realidade. Libâneo (2004), ao abordar a importância da prática educativa na sociedade, afirma que a educação:

[...] é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades. [...] Não há sociedade sem prática educativa, nem prática educativa sem sociedade. A prática educativa não é apenas uma exigência da vida em sociedade, mas também o processo de promover aos indivíduos os conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidade econômica, social e políticas da coletividade. (LIBÂNEO, 2004, p. 16-17).

Sendo assim, a grande finalidade da ação educativa é ajudar no desenvolvimento do ser humano, inserindo-o de forma crítica na dinâmica da sociedade da qual faz parte. Diante desse pensamento, Freire (2009), em sua análise sobre o problema da comunicação entre o técnico e o trabalhador do campo, no processo de desenvolvimento da nova sociedade industrial, afirma que é indispensável a inserção crítica do homem, destacando sua realidade como uma totalidade, possibilitando sua ação autêntica sobre ela, pois é através da problematização do homem, com suas relações com o mundo e com os homens, que há a possibilidade de eles aprofundarem sua tomada de consciência da realidade na qual estão inseridos.

O aluno do campo, quando chega a escola, já leva da sua casa toda uma bagagem de conhecimento valorativo criado a partir das relações anteriormente estabelecidas. Entretanto, no atual processo educativo, a escola é – em contrapartida – a negação do campo, pois realça as diferenças culturais desse aluno e, por isso, ela o expurga, uma vez que não o reconhece enquanto sujeito nessa relação.

Para Freire (2009), o aprendizado se dá pela associação e construção do conhecimento. Não se pode fazer do aluno do campo um “copo vazio”, mas sim enxergá-lo como ser social que, no convívio e relações da vida em sociedade, se constitui como homem histórico. Sob esta análise, no processo de aprendizagem só aprende, verdadeiramente, aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, e que pode, por isso mesmo, reinventá-lo, sendo capaz de aplicar o que aprendeu em situações existenciais e concretas. Porém, aquele que é apenas “cheio” de conteúdos, que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, não considera a sua própria realidade, assim, não consegue aprender.

De acordo com Antunes (2010), outro grave problema, relacionado à crise do ensino, refere-se aos currículos das escolas do campo, os quais têm sido compostos por uma grande carga cultural totalmente urbana, referenciando o Centro-Sul do país, o que, de certa forma, inibe o

comportamento social dos alunos, uma vez que a escola não resgata a identidade do aluno, ao contrário, trata-o como sendo um aluno urbano localizado na zona rural. Compartilhando dessa realidade, Piletti (2006) afirma que os conteúdos trabalhados pela escola são, muitas vezes, fragmentados, com ideias soltas, sem relações entre si e muito menos com a vida concreta de seus educadores e educandos; ou seja, são muitos estudos e atividades sem sentido. Dessa forma, muito do que eles aprendem na escola não tem um valor utilitário para o seu cotidiano, está fora do seu contexto de vida prática, fato que prejudica o desenvolvimento da aprendizagem, além de diminuir o interesse do aluno em frequentar a escola.

A Geografia é a ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, compreendido através da relação sociedade-natureza, pois o trabalho resulta na produção socioespacial. Estudar o espaço, portanto, deve ser uma forma de entender a produção/reprodução e articulação numa perspectiva dinâmica, sabendo-se que a interferência que se faz hoje reflete no futuro. Sabe-se que o ensino de Geografia, assim como toda a educação do Brasil, sempre foi fiel aos interesses das elites, permitindo que a escola desenvolvesse um ensino distanciando da realidade dos educandos, baseado na fragmentação/separação.

A educação do campo, especificamente no Semiárido Paraibano, portanto, tem a escola como o espaço privilegiado para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica que leve em conta a formação do educando, enquanto sujeito construtor da realidade em que vive. Nesse sentido, o ensino de Geografia deve mostrar aos povos do campo (habitantes dessa região), que eles são seres concretos e, conseqüentemente, construtores da realidade socioespacial em que estão inseridos e intercalados aos fatores naturais (clima, hidrografia, vegetação, fauna e solos), socioculturais (população, cultura, festividades, músicas, religião, saúde, educação, desejos etc.) e econômicos (produção, tecnologia, comércio, atividade agrícola, processo de industrialização, consumidor).

Ensinar e estudar Geografia são, pensar na construção/ampliação e produção do conhecimento; esse processo visa a realização do educando, assim como do educador, enquanto cidadãos plenos, conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de se apropriar do conhecimento produzido para a construção de uma identidade regional. Deste modo, cabe ao educador implantar um que tenha como meta estabelecer a explicação espacial, como resultado da produção espacial do campo (REGO, CASTROGIOVANNI e KAERCHER, 2007).

Assim, para a prática de ensino em Geografia, é essencial que o planejamento da aula contemple as dificuldades gerais e específicas dos alunos, priorizando o conteúdo que tenha valor utilitário para a vida, tanto nas experiências práticas como nas intelectuais. Em sua análise sobre a prática do ensino de Geografia, em que abordam o ensino e sua prática em sala de aula, Pontuschka e Oliveira (2006) afirmam que o planejamento deve contemplar a realidade do lugar, os valores que expressam as representações do universo, tanto dos alunos como dos professores. Diante desse desafio, torna-se fundamental que o professor conheça seus alunos, suas condições socioculturais e econômicas e possa, a partir deste contexto, construir, junto com os mesmos, um conhecimento e uma educação que promovam a superação de suas condições socioculturais, oferecendo uma formação de atitudes como meio de inserí-los no universo cultural do conhecimento humano.

É necessário desenvolver um ensino que busque despertar nos alunos uma postura crítica diante da realidade. Dessa forma, Castrogiovanni (2005) ressalta que cabe ao ensino de Geografia inserí-los em um mundo onde possam visualizar de forma consciente as relações dinâmicas que ocorrem na vida cotidiana, contribuindo para que os mesmos entendam o espaço produzido pela sociedade, compreendendo suas desigualdades e suas contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza.

Diante desse pensamento, Caldart (2002, p. 23) expõe que é necessário o estabelecimento de uma educação que seja no e do campo, “[...] No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar, e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às necessidades humanas e sociais”. Deve-se pensar em uma educação que considere o campo não só como espaço de produção, mas também como território de relações sociais, de cultura, de relação com a natureza, ou seja, como território de vida.

Arroyo, Caldart e Molina (2009), através do livro “Por Uma Educação do Campo”, valorizam a importância de considerar o contexto campo, pois:

Ao analisar o campo como território, permite compreendê-lo como espaço de vida onde se materializam todas as dimensões da existência humana. A cultura, a produção, o trabalho, a organização política são relações sociais constituintes das dimensões territoriais. Todas essas dimensões se realizam no território a partir de uma relação interativa e completa. Nesse sentido os territórios são espaços geográficos e políticos onde os atores sociais realizam seus projetos de vida [...] (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2009, p. 137).

Diante dessa realidade, propõe-se um ensino de Geografia contextualizado, que esteja voltado para a população do campo do Semiárido Paraibano, ressaltando a necessidade de considerar o campo como um lugar específico e com sujeitos que lhe são próprios, os quais possuem história, cultura, identidade e lutas, as quais devem ser respeitadas e legitimadas. A educação precisa ser democrática e respeitar a diversidade da população que vive no/do campo, ela deve sempre ser contextualizada com as condições de vida da população para que assim, possa se adaptar às formas de vivências, aos problemas e às dificuldades da população que vive no e do campo do Semiárido Paraibano.

Assim, a Geografia – uma ciência dinâmica, em constante movimento – tem um papel social muito grande, devendo envolver não apenas aspectos físicos, mas, principalmente, humanos, com o bom relacionamento entre as pessoas de uma comunidade, consciência da interferência do homem na natureza, os desafios do avanço tecnológico. Ou seja, segundo Oliveira (2010), o ensino da ciência geográfica precisa buscar a observação, análise e compreensão da sociedade e do espaço em que está inserido o aluno.

3. METODOLOGIA

Na execução do projeto de extensão apresentado neste trabalho, estão sendo utilizados os pressupostos da pesquisa qualitativa, através da pesquisa-ação. De acordo com Lakatos e Marconi (2009), a pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa-ação foi escolhida porque visa a produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa), sendo uma tarefa conjunta de compreensão e decisão democrática baseada na práxis comprometida com o espiral auto reflexivo. Implica desenvolvimento profissional, assumindo transformação educativa dependente do compromisso dos sujeitos envolvidos. Implica, também, ampla autonomia e interação dos sujeitos e não se limita a ação pontual. Visa a reconstrução do conhecimento na ação (reflexão).

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Os novos métodos de se ensinar ou as novas metodologias adotadas nas redes de ensino do nosso país são diversos, no entanto, sempre busca-se uma forma de sempre chamar a atenção dos alunos para algo que desperte o interesse sobre os conteúdos disciplinares, busca-se também uma maneira de ensinar e aprender através de métodos com que os estes se identifiquem.

A inserção dos novos recursos didáticos é importante em todas as disciplinas, mas no ensino de geografia se torna mais necessária, pois a disciplina é tida como irrelevante, ou seja, “da decoreba”. De acordo com Vesentini (2009), é de fundamental importância a renovação do ensino de geografia, baseada na inovação de recursos didáticos-pedagógicos que possibilitem aos alunos do campo um novo olhar para tal disciplina, despertando o interesse destes pelas aulas.

Dentro da variedade de recursos didáticos disponíveis em escolas urbanas, verificamos a ausência desses recursos nas escolas do campo, especificamente na Escola Municipal de Educação Básica Ildefonso Anselmo da Silva. Esse é um fator motivador que indicou nessa primeira fase do projeto de extensão a produção do recurso didático intitulado “Mapas em Grãos: Regionalização do Território Brasileiro”

Este recurso didático teve por objetivo despertar o interesse dos alunos em conhecer as diversas formas e critérios de regionalização do Brasil, discutidas na ciência geográfica. Vejamos:

- 1- *A divisão geoeconômica (Complexos Regionais)* realizado pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger em que dividiu o Brasil em três regiões (Amazônia, Nordeste e Centro-Sul).
- 2- *A divisão meio técnico-científico-informacional* com base no geógrafo Milton Santos em que dividiu o Brasil em quatro regiões (Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada).
- 3- *Divisão política Oficial do IBGE* que divide o Brasil em cinco regiões (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste).

A construção desse recurso didático foi dividida em três momentos: na universidade, intervenção expositiva no contexto escolar onde foi abordada a temática e por último a produção do recurso didático em sala.

No primeiro momento realizamos um levantamento bibliográfico sobre os processos de regionalização do território brasileiro e a produção de recursos didático em sala de aula, tendo por base PILETTI (2006), SILVA, FREITAS, XAVIER (2014). Desta forma, no primeiro momento (Universidade) foi realizado um levantamento bibliográfico em livros e artigos pesquisados na biblioteca da UFCG/CDSA e também pela internet.

Em um segundo momento já em sala de aula em parceria com a professora titular da turma, foi iniciado as leituras e discussões de textos utilizando o datashow para exibição de *slides* no qual continham imagens que auxiliaram uma maior compreensão dos estudantes, a respeito dos três tipos de regionalização do Brasil, pondo em evidencia o conhecimento dos mesmos, sempre levando em consideração os conhecimentos prévios de cada um.



Ao final foi solicitado para que os alunos trouxessem para a próxima aula sementes variadas, grãos colhidos das lavouras plantadas por seus pais, levando em conta que era uma época de grande precipitações de chuvas na região, havendo muitas plantações de milho e feijão nas comunidades. Sendo assim, as sementes viriam a serem utilizadas na confecção do recurso didático, sendo um ponto de partida para regionalizar o território brasileiro de forma didática.

No terceiro momento em sala de aula houve a produção do recurso didático intitulado “MAPAS EM GRÃOS: REGIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO”. A turma foi dividida em três grupos: cada um ficou responsável em regionalizar um tipo de mapa de acordo com os critérios de regionalização do Brasil discutido em sala de aula. Nesse momento os alunos identificaram os três tipos de regionalização do território brasileiro, e fizeram as legendas das figuras representando os mapas utilizando as sementes trazidas por eles.



Cada região foi representada por um tipo de semente, como por exemplo; no mapa que representa *A divisão geoeconômica*, o milho representa a região Amazônia, o feijão preto a região Nordeste e o feijão marrom a região Centro-Sul. Por fim, foram produzidos três mapas como podemos observar abaixo:



Verificamos que a produção e experimentação desse recurso didático foi de grande importância na compreensão do conteúdo por parte dos alunos, a interação foi bastante positiva em relação à temática abordada, desde atenção com a aula expositiva, onde puderam providenciar as sementes, até a confecção dos mapas. Feito a avaliação podemos observar que os alunos conseguiram identificar cada critério de regionalização do Brasil e suas respectivas características. Dessa forma, notamos o quanto foi válido a contribuição desse recurso didático na aprendizagem dos alunos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do recurso didático e sua experimentação na sala de aula foi de forma contínua e levando em consideração os registros visuais (fotografia ou vídeo) no momento da produção e experimentação dos materiais didáticos na escola, como também, a produção de memorial produzido pelos alunos, bolsistas e voluntários, descrevendo a importância do recurso na potencialização no processo de ensino-

aprendizagem nas aulas de Geografia para as escolas do campo.

O projeto de extensão que possibilitou a produção desse recurso didático está em andamento, e esperamos, na finalização do mesmo, não só que os recursos didáticos produzidos sejam utilizados nas aulas de Geografia — em articulação com a Educação do Campo, tornando-se um potencial no processo de ensino-aprendizagem dos alunos do ensino fundamental da comunidade escolar como um todo — como também que esses momentos de produção dos recursos didáticos sejam um aprendizado para a equipe envolvida, provocando mudanças que levem a um aprimoramento das práticas pedagógicas ali desenvolvidas.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso (coord). **Geografia e Didática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ARROYO, M.G; CALDART, R.S; MOLINA, M. C. (Org). **Por uma educação do campo**. 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CALDART, R. S. Ser educador do povo do campo. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. 2. ed. Brasília: UnB, 2002. V. 4. 136 p. (Educação do Campo).

CARLOS, Ana F. A. **A Geografia na sala de aula**. 8ºed. São Paulo: Contexto, 2006.

CASTROGIOVANNI, Antônio (Org). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 2º ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

FREITAS, Nacelica Barbosa et al. Relação campo – cidade: o ensino de geografia e as especificidades do semiárido. In: __. **Caderno multidisciplinar – Educação e contexto do Semiárido: múltiplos espaços para o exercício da contextualização**. V1 – Juazeiro/BA: selo editorial RESAB, 2009. P 105 – 118.

GHEDIN, Evandro e FRANCO, Maria A. Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**: Cortez, 1994.

MARTINS, Josemar da Silva. **Anotações em torno do conceito de educação para a convivência com o Semiárido**. In: RESAB. Educação para a convivência com o Semiárido Brasileiro –

Reflexões teóricas – práticas da RESAB. Juazeiro – BA: Secretaria Executiva da RESAB, 2006. P. 115-146.

MOREIRA, Marco Antônio. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa**. Instituto de Física – UFRGS. Porto Alegre – RS, 1997

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Para onde vai o ensino de Geografia?** 9º ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PASSINI, Elza Yasuko .**Pratica de Ensino e Estágio Supervisionado**. 2ºed,São Paulo: editora Contexto, 2011.

PONTUSCHA, N. N; OLIVEIRA, A. U. (org). **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTUSCHKA, N. N; PAGANELLI, T. I; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PILETTI, Claudino. **Didática geral**. 23 ed. São Paulo: Ática, 2006.

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos e KAERCHER, Nestor André (Orgs). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SUERTEGARAY, Dirce Maria A. **Notas sobre epistemologia da Geografia**. Cadernos geográficos. Florianópolis: Imprensa universitária, 1999.

VESENTINI. José Wiliam (org). **Geografia e ensino: textos críticos**. 11º ed. São Paulo: Papyrus, 2009